



RECENSÃO

*Contos, Cartas e Conversas:
Três Histórias de Família e de Classe no Vale do Ave,*
de Alice E. Ingerson,
por Bruno Monteiro

Análise Social, 217, 1 (4.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

R

INGERSON, Alice E.

*Contos, Cartas e Conversas:**Três Histórias de Família e de Classe no Vale do Ave,*

Porto, Instituto de Sociologia – Universidade do Porto, 2012, 102 pp.

ISBN 9789729776359

Bruno Monteiro

Finalmente publicada em português, esta porção das pesquisas de Alice Ingerson, originariamente realizadas entre 1980 e 1982 para a sua tese de doutoramento (Ingerson, 1984), torna acessível aos investigadores portugueses importantes elementos para a compressão dos relacionamentos entre as classes populares e o Estado Novo, visto nesta obra a partir do piso térreo da sua burocracia. Em particular, Ingerson vai “olhar mais perto” o encontro entre operários de uma região industrial do Noroeste português, o Vale do Ave, e os funcionários do sistema corporativo, ligados sobretudo aos mais baixos patamares hierárquicos (p. 8). Esta investigação realiza, para começar, uma triagem dos múltiplos reservatórios de memória, designadamente os “contos” publicados pelo Partido Comunista Português na sua imprensa clandestina para instruir e representar o operariado; as “cartas” que os operários e os empregadores enviavam para os funcionários para intercambiarem “pedidos”, “favores” ou “acusações” (consultadas nos Arquivos Nacionais de Trabalho e da Previdência do Porto e de Braga, entretanto desaparecidos); e as “conversas” mantidas, já no período da pesquisa nos anos 1980, com os operários sobre a sua memória

do “Estado Novo”. Desta maneira, mostrar-se-á que as classes populares não só estavam longe de serem apáticas ou impotentes perante o Estado, embora pudessem estar submetidas a um regime de enquadramento violento, como também os seus reportórios de ação foram mudando ao longo do período de vigência do sistema corporativo, à medida que aprendiam a contornar e manipular as suas “regras” e os seus vocabulários de justificação ou a aproveitar as oscilações nas margens de manobra de que dispunham e que se comprimiam ou expandiam consoante as conjunturas históricas.

Desde logo, Alice Ingerson vai constatar a fratura entre o “saber local” que os operários mobilizavam para apreender e interpretar o seu mundo e as mundivisões intelectuais que eram avançadas, por um lado, pela “ideologia do Estado Novo”, que tentava, por meios coercivos e persuasivos, impor o “familismo corporativo” como esquema de regulação das empresas e dos serviços públicos (em substituição de noções como “classe” ou “luta de classes”), mas também, por outro lado, pela “ideologia da esquerda” posterior a 1974, que tendia a pensar estes trabalhadores do Vale do

Ave como portadores de “falsa consciência” (p. 5). Ao contrário do que pensavam as instâncias políticas com pretensões ao enquadramento político do operariado, em particular o Estado Novo e o Partido Comunista Português, eram precisamente a “ambiguidade” e a “ambivalência” a constituírem a “estratégia política” mais verosímil para estes operários. Segundo as “estórias” da imprensa clandestina do Partido Comunista Português, “os seus leitores poderiam defender as suas famílias melhor através da oposição aos seus empregadores e ao Estado Novo do que através da aceitação da metáfora corporativa da família patriarcal como modelo para as relações de classe e de política” (idem, p. 9). Esta estratégia de *proletarização* dos próprios operários correspondia aos imperativos de mobilização política desse partido, interessado em tornar visível a “classe” e as “oposições de classe” em que se apoiava a sua retórica e a sua “missão histórica” – e, em sentido inverso, em sufocar as linhas de fricção internas dos trabalhadores, como as separações etárias ou sexuais (idem, p. 15). Por isso, os relatos comunistas vão proceder a uma retradução que vai, inclusive, tornar as pequenas ações de resiliência ou aversão dos trabalhadores, motivadas, segundo Ingerson, pela sua “versão não-corporativa do familismo”, em expressões de “classe” e em movimentos de inspiração “política”. Por seu turno, os burocratas locais procuravam impor a “precedência dos laços familiares relativamente à lealdade de classe” (p. 37) e remodelar as empresas como comunidades de interesses para operários e patrões,

sugerindo, por conseguinte, uma “base moral das relações de classe corporativas – deferência, trabalho árduo e obrigações familiares” (idem, p. 38).

De seguida, Ingerson vai estudar os modos de agir por carta (p. 39). As comunicações escritas entre os trabalhadores e os agentes burocráticos do Estado Novo permitem visualizar os padrões de percepção e apropriação com que os primeiros lidavam com os segundos, ou os instrumentos e as técnicas de monitorização e regularização que os segundos aplicavam sobre os primeiros. Ambas as práticas são, como mostra Ingerson, sensíveis ao hiato temporal em que se verificam, logo ao estado das relações de força em vigor. Os trabalhadores tiveram não só que “aprender a soar como bons corporativistas”, usando criativamente as imagens familistas do regime, como tinham que avaliar o peso que as condições do mercado e as políticas governamentais tinham sobre o seu “poder económico” (p. 19). As interações imediatas ou, então, as mediadas pelo correio que os trabalhadores mantinham com os Sindicatos Nacionais ou com o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência mostram, portanto, a relevância da progressiva aprendizagem das regras do jogo corporativo ao longo dos anos 1930 (p. 28). Por acréscimo, elas mostram o vínculo existente entre os usos populares da escrita e as oscilações das relações de poder ao longo do tempo, com “os trabalhadores a aprenderem a usar a confrontação quando tinham maior vantagem no mercado de trabalho e a confiar mais fortemente nos apelos morais e legais quando o desemprego era

alto” (p. 19). Desta maneira pode ver-se que a reverência usada nas cartas era apenas uma “ferramenta” entre outras, que se inseria “num reportório que também incluía greves e manifestações” (p. 19), e que mostrava como se tinha “aprendido a jogar com as sensibilidades corporativas através da combinação da moralidade, da lei e da política” (p. 21). Nas cartas eram repetidos, literalmente, os preceitos e os lugares-comuns do regime, o que permitia que os operários sugerissem “ameaças de força” que seriam, noutras ocasiões, punidas (p. 24).

Em sentido inverso, os funcionários burocráticos, institucionalmente vinculados aos interesses de instalação e solidificação do Estado Novo e treinados pela instilação prática de esquemas de acção e pensamento conformes aos princípios ideológicos do regime, viam-se constrangidos a lidar com trabalhadores que “tinham aprendido a manipular a linguagem do Estado Novo sobre a família e o anticomunismo durante a primeira década do regime” (p. 29) e que, por acréscimo, sabiam usar a “alavancagem económica” do momento para emprestar relevo às suas pretensões. Nos anos de 1940 e 1950, vemos surgirem, por isso, pontos de fricção entre as pretensões patronais a conservar imaculado o circuito paternalista de intercâmbio de “favores”, “perdão” e “gratidão”, tanto perante as tentativas de intrusão do Estado, que procurava então regulamentar os setores económicos da indústria, como perante as próprias iniciativas dos operários, que ensaiavam maneiras mais ou menos silenciosas,

mais ou menos percucientes, de tornar suportável o mundo laboral. Pelo menos neste contexto local, constata Ingerson, “os representantes do Estado Novo não se sentiam totalmente capazes para ditar o comportamento de operários e empregadores nos anos 1940” (p. 33). Nos anos 1950 constata-se sinais de mudança. A resistência operária soubera entretanto transmutar-se em táticas de súplica e insinuação que correspondiam, melhor: solicitavam, as prerrogativas corporativistas do próprio regime (p. 43). Vai ser, todavia, nos anos 1960 que a situação muda decisivamente. Em razão dos impactos locais que a emigração teve em conjugação com a mobilização militar para as guerras coloniais, a “balança de poder económico” pende favoravelmente para os operários (p. 43). Doravante, “mais do que queixar-se à burocracia, os operários simplesmente abandonam os seus empregos” (p. 43). Por isso, a partir dos anos 1960, vai ser progressivamente mais complicado para o governo reconhecer o “apoio irónico” dos operários às suas iniciativas (p. 46), pois usavam-se comportamentos que pareciam “simultaneamente rebeldes e inofensivos” (p. 32).

No seguimento da opção de Ingerson pela “história conversacional”, vai ser possível conhecer “o modo como os operários entendiam e falavam sobre a história recente do Vale do Ave nos seus próprios termos, quando não estavam a tentar obter um favor ou a evitar punições pelos empregadores ou o governo” (p. 50). Alice Ingerson teve, assim, que confrontar a apetência para a “amnésia social” que resultava da convicção de

obsolescência ou insignificância que os operários sentiam a respeito dos seus próprios testemunhos e, por outro lado, o “hábito defensivo de autocensura” insilado pela vida sob uma atmosfera de suspeições e por uma economia local onde os empresários continuavam a ser os mesmos que no anterior regime político (p. 51). Ao lidarem com os depositários de autoridade estatal ou patronal, os operários serviam-se explicitamente da “ambiguidade” e da “ironia” como “estratégias de sobrevivência”, uma plasticidade que nem sempre pode surgir pela “simplificação” a que obriga a “política eleitoral” e a “política pública” (*idem*, p. 101). Para mostrar a pluralidade e a versatilidade dos relatos de recordação dos atores locais, consequência da sua vinculação a lugares discrepantes da estrutura social do Vale do Ave, Ingerson transcreve e escarpeliza os testemunhos de um conjunto variado de entrevistados, de um padre aos patrões de pequenas fábricas têxteis, passando por operários (pp. 70-100). A “história conversacional” vai servir para inaugurar a interrogação

explícita de padrões culturais avessos à inscrição pela escrita e, por outro lado, para permitir a compreensão da pluralidade de determinações sociais, económicas e culturais que pesa sobre os estilos de enunciação da memória que estão encastados numa comunidade operária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INGERSON, A.E. (1984), *Corporatism and Class Consciousness in Northwestern Portugal*, Baltimore, The Johns Hopkins University.

MONTEIRO, B. (2015), *Recensão “Contos, Cartas e Conversas: Três Histórias de Família e de Classe no Vale do Ave, Porto, Instituto de Sociologia – Universidade do Porto, 2012”*. *Análise Social*, 217, 1 (4.º), pp. 859-862.

Bruno Monteiro » bjrmonteiro@gmail.com » Bolseiro de pós-doutoramento (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, SFRH/BPD/85086/2012), Instituto de Sociologia – Universidade do Porto » Via Panorâmica, s/n — 4150-564 Porto, Portugal.
